

Energia dos Ventos II S.A.

Demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2020

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Energia dos Ventos II S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Energia dos Ventos II S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2021.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Rita de C. S. Freitas
CRC 1SP214160/O-5

Energia dos Ventos II S.A.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante		5.140	6.919
Caixa e equivalentes de caixa	4	376	8
Investimentos de curto prazo	5	3.733	5.461
Títulos e valores mobiliários	6	-	443
Contas a receber de clientes	7	860	823
Outros ativos		171	184
Não circulante		71.888	72.025
Títulos e valores mobiliários	6	5.255	2.762
Imobilizado	8	66.518	69.143
Intangível		115	120
Total do ativo		77.028	78.944
		31/12/2020	31/12/2019
Passivo circulante		4.136	11.676
Fornecedores	9	204	136
Empréstimos e financiamentos	10	2.514	1.862
Arrendamentos	13.1	10	9
Salários e férias a pagar		24	22
Impostos e contribuições sociais a recolher		104	133
Provisão para constituição de ativos	11	1.215	1.215
Dividendos mínimos obrigatórios	13.1	59	50
Mútuo - Partes relacionadas	13.1	-	8.246
Outros passivos		6	3
Não circulante		36.074	32.747
Empréstimos e financiamentos	10	36.045	32.721
Arrendamentos	13.1	29	26
Patrimônio líquido	14	36.818	34.521
Capital social		36.628	34.360
Reserva de lucros		190	161
Passivo e patrimônio líquido		77.028	78.944

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Energia dos Ventos II S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional líquida	15	7.306	7.407
Custos operacionais			
Ajuste Negativo - CCEE		(3)	(9)
Encargos do uso da rede elétrica - CUST		-	(33)
Custos dos serviços prestados		(1.223)	(751)
Depreciação e amortização		(2.834)	(2.789)
	16	(4.060)	(3.582)
Lucro bruto		3.246	3.825
Despesas operacionais			
Administrativas e gerais		(158)	(185)
Pessoal		(87)	(279)
Depreciação e Amortização		(15)	(18)
	16	(260)	(482)
Lucro antes do resultado financeiro		2.986	3.343
Despesas financeiras	17	(2.882)	(3.046)
Receitas financeiras	17	223	194
		(2.659)	(2.852)
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social		327	491
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(288)	(280)
Lucro líquido do exercício		39	211

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Energia dos Ventos II S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	39	211
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	39	211

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Energia dos Ventos II S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros				Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros retidos	Lucro acumulado	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	24.927	-	-	(4.004)	20.923
Aumento de capital	13.923	-	-	-	13.923
Redução de capital	(4.490)	-	-	4.004	(486)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	211	211
Reserva legal	-	11	-	(11)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(50)	(50)
Reservas de lucros	-	-	150	(150)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	34.360	11	150	-	34.521
Aumento de capital	2.268	-	-	-	2.268
Lucro líquido do exercício	-	-	-	39	39
Reserva legal	-	2	-	(2)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(9)	(9)
Reservas de lucros	-	-	27	(28)	(1)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	36.628	13	177	-	36.818

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Energia dos Ventos II S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		327	491
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa			
Depreciação e amortização		2.849	2.807
Encargos de dívidas empréstimos	10	2.632	2.458
Encargos de dívidas arrendamentos e mútuos		150	390
Receita de aplicações financeiras		(223)	(168)
Baixa do ativo imobilizado	8	14	-
		5.749	5.978
Redução no ativo			
Contas a receber de clientes		(37)	(379)
Adiantamento a fornecedores		(1)	-
Outros ativos circulantes e não circulantes		124	(160)
		86	(539)
Aumento no passivo			
Fornecedores		69	(1.002)
Salários, férias a pagar		(11)	10
Impostos e contribuições sociais a recolher		127	(15)
Outros passivos circulantes		2	(22)
		187	(1.029)
Impostos e contribuições pagos sobre o lucro		(242)	(241)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		5.780	4.169
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Resgates em títulos e valores mobiliários		144	2.511
Aplicações em títulos e valores mobiliários		(2.554)	(3.062)
Resgates em investimento de curto prazo		7.733	620
Aplicações em investimento de curto prazo		(5.821)	(6.074)
Pagamento de provisão para constituição de ativos		-	(2.012)
Adições no imobilizado	8	(216)	(778)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(714)	(8.795)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento (redução) de capital	14	-	(486)
Empréstimos e financiamentos tomados	10	3.483	4.850
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	10	(1.008)	(1.328)
Amortização de juros s/ empréstimos e financiamentos	10	(1.131)	(2.370)
Amortização de principal de arrendamentos		(12)	(9)
Amortização de juros s/ arrendamentos		(4)	(4)
Mútuos pagos - partes relacionadas	13.1	(6.026)	2.383
Caixa líquido aplicado (proveniente) das atividades de financiamentos		(4.698)	3.036
Redução (aumento) no caixa e equivalentes de caixa		368	(1.590)
Demonstração do redução (aumento) no caixa e equivalentes de caixa			
Saldo no início do exercício	4	8	1.598
Saldo no final do exercício	4	376	8
Redução (aumento) no caixa e equivalentes de caixa		368	(1.590)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

1. Informações gerais

A Energia dos Ventos II S.A. (“Energia dos Ventos” ou “Companhia”), com sede na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.996, 15º andar, Vila Olímpia, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, sociedade por ações de capital fechado, foi constituída em 07 de março de 2012. A Companhia tem por objeto social a implantação, operação, manutenção e exploração das instalações de geração eólica, e seu sistema de transmissão, associada às demais obras complementares, conforme descrito no Edital de Leilão nº 07/2011 - ANEEL.

A Companhia foi autorizada pela Portaria 428 de 16 de julho de 2012 a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Ubatuba, constituída de sete unidades geradoras de 1.800 kW, totalizando 12.600 kW de capacidade instalada e 5.800 kW médios de garantia física de energia, localizada no Município de Aracati, Estado do Ceará.

Em 06 de janeiro de 2015 a Companhia protocolou na Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) a solicitação de alteração de característica técnica passando a ter seis Unidades Geradoras de 2.100 kW, totalizando 12.600kW de capacidade instalada e 6.000 kW médios de garantia física. A ANEEL anuiu a solicitação através da Resolução Autorizativa nº 5.652 de 23 de fevereiro de 2016.

Vinculada à autorização dada a Companhia como Produtora Independente de Energia Elétrica, foram pactuados Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (“CCEAR”) com diversas concessionárias de distribuição que participaram do Leilão nº 07/211, que teve por objetivo a Contratação de Energia proveniente de novos empreendimentos de geração, a partir de fonte hidrelétrica, eólica, e termelétrica a biomassa ou a gás natural em ciclo combinado (A-5/2011), no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), promovido pela ANEEL. Os referidos contratos vigorarão pelo prazo de 20 anos (até dezembro de 2035).

Autorização da ANEEL para início das operações comerciais: O Despacho nº 3.139 de 21 de dezembro de 2018, definiu o início de operação comercial a partir do dia 22 de dezembro de 2018.

A autorização de exploração da Geração Eólica vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, a contar da data da sua publicação (até julho de 2047). Não há previsão de renovação da concessão, obrigação de entrega dos ativos ou direito de indenização ao final do prazo de concessão.

Impactos do COVID 19

Diante da pandemia reportada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) relacionada à difusão do Covid-19, a Companhia adotou medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e comunidades em que atua, visando manter a continuidade operacional, observando as recomendações das autoridades sanitárias.

Tendo em vista a disseminação do vírus, foi criado um Comitê de Crise Emergencial, responsável pelo Planejamento de Contingências para lidar com a presente situação. Este Comitê tem acompanhado a evolução da situação e tomado medidas de carácter preventivo, tais como:

suspensão de viagens; período de quarentena para todos os colaboradores que regressem de viagem internacional, mesmo para os que não apresentem sintomas da doença; restrição de reuniões presenciais, priorizando o uso de tecnologia para sua viabilização de maneira remota; instituição do regime de trabalho de home office, sendo todos os colaboradores do escritório corporativo habilitados para exercerem suas atividades remotamente, a fim de evitar a concentração de pessoas; ampliação do home office às unidades operacionais, para todas as funções cuja natureza do trabalho possa ser realizada remotamente; intensificação da comunicação sobre a pandemia aos colaboradores; disponibilização de álcool gel e máscaras; intensificação da assepsia de todos os ambientes dos escritórios e centro de operação; treinamentos on-lines para uso de ferramentas que promovam e garantam a continuidade das entregas, aproximando as pessoas, de modo que se adaptem mais rapidamente à fase integral de trabalho remoto.

Adicionalmente, foram avaliados os possíveis impactos em relação aos saldos contábeis, divulgados a seguir:

Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização dos mesmos, a Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos em renda fixa, tendo em vista seu perfil conservador.

A Companhia apresenta receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos contratos do ambiente regulado, não apresentando risco de demanda. A administração da Companhia avaliou o risco de realização de seus recebíveis e observou que não houve inadimplência em decorrência do COVID-19 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e, até o momento, não são esperadas perdas futuras atreladas a recebíveis.

Em 18 de maio de 2020 a ANEEL publicou o Decreto nº 10.350/2020, que cria a Conta-COVID, medida para socorrer o setor elétrico dos impactos da crise causada pelo coronavírus. Essa conta irá receber recursos de empréstimos bancários contratados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e destinados à cobertura de deficits ou à antecipação de receitas, total ou parcial, das distribuidoras, de forma a equilibrar o caixa das mesmas. Com isso, fica garantida a manutenção do fluxo de recursos para as geradoras, mitigando o risco de futura inadimplência. Em 23 de junho de 2020 a ANEEL aprovou a regulamentação da Conta-COVID.

De forma a garantir o capital de giro, a Companhia, com base nas Portarias nº 139 e nº 245, emitidas pelo Ministério da Economia, em 3 de abril de 2020 e 15 de junho de 2020, respectivamente, prorrogaram o recolhimento da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS relativas às competências de março a maio de 2020, as mesmas foram pagas nos mesmos prazos de vencimento das contribuições devidas nas competências de julho a outubro de 2020.

Com base na avaliação acima, até o momento não houve impacto relevante na Companhia que pudesse requerer alguma mensuração e/ou divulgação nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 30 de março de 2021.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de ativos e passivos classificados como instrumentos financeiros, os mensurados a valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essas demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise a redução ao valor recuperável, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências.

As principais informações sobre julgamentos, estimativas e premissas que podem representar risco significativo com probabilidade de resultar em ajustes materiais às demonstrações contábeis nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 7 - Contas a receber de clientes: registro de provisão da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).
- Nota 10 - Provisões de constituição de ativos: são decorrentes dos custos do ativo imobilizado referente a sua fase de implantação reconhecidas contabilmente, as quais ainda não houve desembolso financeiro.
- Nota 12 - Provisões para contingências: reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, por meio da avaliação da probabilidade de perda.

2.5 Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez em 2020

As seguintes normas alteradas e interpretações são efetivas para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS (CPC 00);
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15 (R1));
- Definição de materialidade (alterações ao CPC 26 (R1) e CPC 23);
- Reforma da taxa de juros de referência (alterações ao CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48);
- e
- Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento. (alterações ao CPC 06 (R2)).

A Companhia avaliou as alterações nos pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas informações contábeis.

3. Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1 Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo através dos resultados), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes); ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e,
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo

financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Companhia tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

- Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa

do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2 Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura as provisões para perdas com contas a receber de clientes em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera ainda um ativo financeiro como perda quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de

crédito. As perdas de crédito são mensuradas pela diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

A Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa – UGC). A Companhia possui apenas uma UGC.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no

preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.3 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.4 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, mais custos socioambientais e juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015.

3.5 Tributação

Tributos sobre as vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; e
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00%.

Esses tributos são recolhidos com base no regime de caixa e reconhecidos com base no regime de competência, são deduzidos das receitas de geração de energia elétrica, as quais são apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

3.6 Taxa de fiscalização sobre serviços de energia elétrica

A Companhia, em conformidade com a Lei 9.427 de 1996, recolhe a taxa de fiscalização sobre os serviços de energia elétrica. A taxa é estabelecida anualmente e calculada de maneira proporcional ao porte do serviço concedido. O registro é feito mensalmente, por competência, no resultado da Companhia.

3.7 Receita de geração de energia elétrica

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) reconhecimento da receita quando (ou à medida que) satisfazer as obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

(i) Suprimento de energia: A receita é reconhecida com base na quantidade de energia contratada e com preços especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A companhia vende a energia produzida no Ambiente de Contratação Regulada – ACR. O preço médio de venda atualizado em dezembro de 2020 é de R\$ 170,01 MH/h (R\$163,45 em 2019), reajustado pelo IPCA pelo período de suprimento de 20 anos contados a partir de 01 de janeiro de 2016.

(ii) Ajuste positivo CCEE: a receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzida é comercializada no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

3.8 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidas pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

3.9. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis, são ajustados pelo seu valor presente.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Remuneração	31/12/2020	31/12/2019
<u>Caixa e equivalentes de caixa:</u>			
Banco conta movimento	-	336	5
Aplicações financeiras automáticas	20% do CDI	40	3
		376	8

As aplicações financeiras de liquidez imediata referem-se a aplicações automáticas vinculadas à conta corrente remunerada pela variação do CDI, não ocorrendo, portanto, risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado. Os Certificados de Depósitos Bancários – CDB são realizados com instituições do mercado financeiro nacional e possuem liquidez imediata.

5. Investimentos de curto prazo

	31/12/2020	31/12/2019
Fundo de Investimento - STA Energia	3.517	5.461
Fundo de Investimento - Debêntures - Windepar	216	-
	3.733	5.461

As aplicações financeiras classificadas como investimentos de curto prazo referem-se ao Fundo Exclusivo STA Energia – Energia, mensuradas ao valor justo por meio do resultado, e são remunerados em média por 153,45% do CDI em 31 de dezembro de 2020, (95,62% em 31 de dezembro de 2019).

6. Títulos e valores mobiliários

	Instituição	Remuneração	31/12/2020	31/12/2019
Títulos e valores mobiliários				
Aplicação pós fixada	BNDES	De 97,33% a 138,02 do CDI	4.467	2.762
Aplicação pós fixada	Debêntures	De 97,33% a 138,02 do CDI	788	443
			5.255	3.205
	Ativo circulante		-	443
	Ativo não circulante		5.255	2.762
			5.255	3.205

Os saldos das contas vinculadas ao BNDES e Debentures são compostos por aplicações financeiras constituídas como contas reservas vinculadas aos contratos de financiamentos e debêntures da Companhia e sua controladora Windepar Holding S.A..

7. Contas a receber de clientes

	31/12/2020	31/12/2019
<u>Circulante</u>		
Suprimento de energia elétrica	860	823

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foi constituída provisão para perda dos recebíveis, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber de clientes, na avaliação e monitoramento do risco de crédito e que as mesmas possuem garantias.

8. Imobilizado

As imobilizações em curso referem-se aos gastos no projeto da linha de transmissão.

	Taxa média anual de depreciação	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2020
Em serviço										
Terrenos		1.800	-	-	-	1.800	-	-	-	1.800
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	3%	220	-	-	1.099	1.319	-	-	-	1.319
Máquinas e Equipamentos	4%	62.178	-	-	11.019	73.197	-	(14)	276	73.459
Móveis e Utensílios	6%	17	-	-	-	17	-	-	-	17
Direito de uso sobre arrendamento	22%	-	44	-	-	44	17	-	-	61
Em curso										
A Ratear ¹		1.225	157	-	-	1.382	216	-	(1.598)	-
Material em depósito		-	-	-	-	-	-	-	1.322	1.322
Adiantamento a Fornecedor		4.647	625	(5.258)	-	14	-	-	-	14
Sistema de Conexão e Transmissão		8.974	3.144	-	(12.118)	-	-	-	-	-
Total do custo do imobilizado		79.061	3.970	(5.258)	-	77.773	233	(14)	-	77.992
Depreciação										
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias		(18)	(44)	-	-	(62)	(44)	-	-	(106)
Máquinas e Equipamentos		(5.808)	(2.748)	-	-	(8.556)	(2.785)	-	-	(11.341)
Móveis e Utensílios		(1)	(1)	-	-	(2)	(1)	-	-	(3)
Direito de uso sobre arrendamento		-	(10)	-	-	(10)	(14)	-	-	(24)
Total da depreciação		(5.827)	(2.803)	-	-	(8.630)	(2.844)	-	-	(11.474)
Total do imobilizado líquido		73.234	1.167	(5.258)	-	69.143	(2.611)	(14)	-	66.518

- (1) Imobilizado em curso referem-se a sobressalentes destinados à substituição em caso de falha das unidades geradoras principais.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não identificou indicativos acerca da necessidade de contabilizar ajustes de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado.

9. Fornecedores

	31/12/2020	31/12/2019
Materiais e Serviços	204	136
	204	136

10. Empréstimos e financiamentos

(a) Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

Instituições financeiras / credores	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Circulante				Não circulante - Principal	
			Encargos	Principal	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
BNDDES	15/10/2032	TJLP+2,18%	87	1.449	1.536	1.524	28.445	28.249
BNDDES nº 19.2.0598.1	15/10/2032	IPCA 1,68% + Spred 1,99%	8	970	978	338	7.600	4.472
			95	2.419	2.514	1.862	36.045	32.721

Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDDES

Em 11 de fevereiro de 2016 as Companhias Energia dos Ventos I S.A, Energia dos Ventos II S.A, Energia dos Ventos III S.A, Energia dos Ventos IV S.A, Energia dos Ventos X S.A e controladora Windepar Holding S.A., celebraram com Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDDES contrato de financiamento de abertura de crédito número 15.2.077.8.1, cujo montante original financiado, para a Energia dos Ventos II S.A., é de R\$ 32.220, com o objetivo de alongamento da dívida. O contrato de longo prazo, tem encargos que podem ser sumarizados da seguinte forma: 2,18% ao ano + TJLP, sendo que a primeira amortização iniciou-se em 15 de novembro de 2016 e a última será em 15 de outubro de 2032.

Em 12 de Dezembro de 2019 as Companhias Energia dos Ventos I S.A, Energia dos Ventos II S.A, Energia dos Ventos III S.A, Energia dos Ventos IV S.A, Energia dos Ventos X S.A e controladora Windepar Holding S.A., celebraram com Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES contrato de financiamento de abertura de crédito número 19.2.0598.1, cujo montante original financiado, para a Energia dos Ventos II S.A., é de R\$ 10.100, com o objetivo de implantação do sistema de conexão do complexo eólico Aracati. O contrato de longo prazo, tem encargos que podem ser sumarizados da seguinte forma: IPCA de 1,68% ao ano + SPREAD de 1,99% ao ano, sendo que a primeira amortização iniciará em 15 de janeiro de 2020 e a última será em 15 de outubro de 2032.

O contrato com BNDES estabelece apuração anual de cláusula restritiva, a qual institui que a Companhia deverá manter, durante todo o período de amortização do contrato, a condição de manter Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) Consolidado, no mínimo, igual ou superior a 1,30. Em 31 de dezembro de 2020 o ICSD Consolidado foi cumprido.

(b) As movimentações de empréstimos e financiamentos são compostas da seguinte forma:

	31/12/2018	Ingresso de dívidas	Encargos de dívidas	Amortização de Principal	Amortização de Juros	31/12/2019	Ingresso de dívidas	Encargos de dívidas	Amortização de Principal	Amortização de Juros	31/12/2020
Moeda nacional											
BNDES	30.973	4.850	2.458	(1.328)	(2.370)	34.583	3.483	2.632	(1.008)	(1.131)	38.559

(c) As parcelas relativas ao financiamento (principal) atualmente classificadas no passivo não circulante tem os seguintes vencimentos:

2022	2023	2024	2025	2026	Após 2026	Dívida Total
2.622	2.773	2.934	3.105	3.286	21.325	36.045

11. Provisão para constituição de ativos

	31/12/2018	Adições	Realizações	31/12/2019	31/12/2020
Máquinas e Equipamentos	83	3.148	(2.016)	1.215	1.215

As provisões de constituição de ativos são decorrentes dos custos do ativo imobilizado referente a sua fase de implantação reconhecidas contabilmente, as quais ainda não houve desembolso financeiro, os mesmos serão desembolsados financeiramente de acordo com o cronograma, conforme a evolução desses eventos essas provisões serão substituídas pelo faturamento de fornecedores, onde sua contrapartida foi registrada no ativo imobilizado em curso.

12. Provisão para contingências

A Companhia reconhece em suas demonstrações contábeis os processos classificados como prováveis de perda, e com relação aos processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível, são divulgadas em nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia não possui processos com classificação provável ou possível de perda.

13. Partes relacionadas

13. 1 Transações com partes relacionadas

Todas as transações com partes relacionadas podem ser assim demonstradas:

(A) Partes relacionadas: informações patrimoniais.

	31/12/2020	31/12/2019
Passivo circulante		
Mútuo a pagar - Windepar Holding S.A	-	8.246
Dividendos declarados - Windepar Holding S.A	59	50
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A/AF Energia S.A	10	9
	<u>69</u>	<u>8.305</u>
Passivo não circulante		
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A/AF Energia S.A	29	26
	<u>29</u>	<u>26</u>

(B) Partes relacionadas: informações do resultado.

	31/12/2020	31/12/2019
Despesas		
Juros sobre mútuo a pagar - Windepar Holding S.A	(146)	(391)
	<u>(146)</u>	<u>(391)</u>

Em 28 de fevereiro de 2019 e 13 de dezembro de 2019, a Companhia celebrou contratos de mútuo com a acionista Windepar Holding S.A nos valores de R\$ 850 e R\$ 1.978 respectivamente, ambos utilizados para investimento na linha de transmissão do parque eólico. Os contratos possuem vencimento previsto para julho de 2021 e são remunerados a 110% da CDI a.a.

Em 1ª de julho de 2020 a acionista WINDEPAR HOLDING S.A. (“Acionista Windepar”) realizou a conversão de créditos de mútuo, em capital social, com consolidação do Estatuto Social da Companhia, vide NE 14 – “Patrimônio líquido”.

E, em 14 de dezembro 2020 a Companhia quitou o saldo remanescente dos contratos no montante de R\$ 212,

- a. A Companhia é controlada pela Windepar Holding S.A., a Windepar Holding S.A é controlada pela Alupar Investimento S.A., a Alupar Investimento S.A. é controlada pela Guarupart Participações Ltda.

13. 2 Garantias

Empresa Garantidora	Data da Autorização	Órgão Autorizador	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2020
Alupar/Windepar	14/12/2015	Conselho de Administração	Contrato de Financiamento - BNDES - nº 15.2.0778.1	Prestação de garantias - Alupar: fiança corporativa, penhor de ações, cessão fiduciária, direitos creditórios dos CCEARs, dos CCVEs (3,2 MW médios), outros contratos de CVEE no ACL/ACR, direitos de receitas oriundos do projeto, direitos da Conta Centralizadora, Conta Reserva do serviço da Dívida, do Contrato de O&M e da Conta Reserva Especial - Windepar: Direitos da Conta Reserva Especial da Holding e dos contratos de mutuos e fiança corporativa.	11/02/2016	15/10/2032	32.220	30.017
Alupar/Windepar	06/11/2019	Assembleia Geral Extraordinária	Contrato de Financiamento - BNDES - nº 19.2.0598.1	I, pela EDV1, EDV2, EDV3, EDV4 e EDV10 : os direitos creditórios: (a) CCEARs, entre as BENEFICIÁRIAS e as distribuidoras listadas no Anexo I do CONTRATO DE CESSÃO; b) dos CCVEs a ser(em) celebrado(s) entre BENEFICIÁRIAS e a ALUPAR, no mínimo, 3,2 MW médios; c) outros CCVEE no ACL ou ACR ; d) outros direitos e/ou receitas, inclusive relativos a operações no mercado de curto prazo e/ou de operação em teste; e e) direitos sobre as CONTAS CENTRALIZADORAS, CONTAS RESERVAS DE O&M, CONTAS RESERVAS DO SERVIÇO DA DÍVIDA BNDES e CONTAS RESERVAS ESPECIAIS SPES, inclusive os créditos que venham a ser nelas depositados; II, pela WINDEPAR: a) os direitos sobre a CONTA RESERVA ESPECIAL HOLDING, inclusive os créditos que nelas venham a ser depositados; b) os direitos creditórios decorrentes dos contratos de mútuo celebrados e a serem celebrados com as BENEFICIÁRIAS; e c) quaisquer outros direitos e/ou receitas que sejam decorrentes do PROJETO, inclusive relativos a operações no mercado de curto prazo e/ou de operação em teste.	10/12/2019	15/10/2032	10.100	8.584

13. 3 Remuneração da alta administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não houve pagamento de remuneração da alta administração.

14. Patrimônio líquido

Capital social

Em 1º de julho de 2020 a Companhia, através de assembleia geral extraordinária, aumentou o seu capital social de R\$ 34.360 para R\$ 36.628 mediante a emissão de 2.564.254 (dois milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil, duzentos e cinquenta e quatro) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de R\$0,88 (oitenta e oito centavos de real) por ação. O aumento de capital social foi totalmente subscrito pela acionista WINDEPAR HOLDING S.A. ("Acionista Windepar") e integralizado com créditos de contratos de mútuo celebrados entre a Companhia e sua Acionista Windepar, totalizando, R\$ 2.268.

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 36.628 (R\$ 34.360 em 31 de dezembro de 2019) representado por 41.414.070 (quarenta e um milhões, quatrocentos e quatorze mil e setenta) ações ordinárias nominativas, em 31 de dezembro de 2019 representado por 38.849.815 (trinta e oito milhões, oitocentos e quarenta e nove mil oitocentos e quinze) ações ordinárias nominativas, conforme segue:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
Windepar Holding S.A.	41.414.069	99,99	38.849.815	99,99
AF Energia S.A.	1	0,01	1	0,01
Total das ações	41.414.070	100,00	38.849.816	100,00

Reservas de Lucros

a. **Reserva legal**

5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado.

b. **Lucros retidos**

Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação.

c. **Dividendos**

Os dividendos propostos a serem pagos, fundamentado em obrigações estatutárias, são registrados no passivo circulante.

O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas a título de dividendos. Desse modo, no encerramento do exercício social, quando auferido lucro líquido no exercício, e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a dividendo mínimo obrigatório.

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	39	211
Reserva legal	(2)	(11)
Subtotal	37	200
Dividendo mínimo obrigatório	(9)	(50)
Reserva de lucros	(28)	(150)
Saldo de lucros acumulados	-	-

15. Receita operacional líquida

	31/12/2020	31/12/2019
Receita Bruta		
Suprimento de energia e Ajuste positivo CCEE	7.624	7.728
	7.624	7.728
Deduções		
PIS - Programa de integração social	(50)	(50)
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social	(229)	(232)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	(39)	(39)
	(318)	(321)
Receita operacional líquida	7.306	7.407

16. Custos e despesas operacionais

	31/12/2020		31/12/2019	
	Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais
Custos não gerenciáveis				
Encargos de uso da rede elétrica	(3)	-	(42)	-
Doações, contribuições e subvenções	-	-	(5)	-
	(3)	-	(47)	-
Custos gerenciáveis				
Seguros	(55)	(3)	(75)	-
Alugueis	-	(3)	-	(5)
Pessoal	-	(87)	(1)	(279)
Material	(38)	(1)	(20)	(1)
Serviços de Terceiros	(1.101)	(136)	(632)	(175)
Outros	(29)	(15)	(18)	(4)
	(1.223)	(245)	(746)	(464)
Depreciação e Amortização	(2.834)	(15)	(2.789)	(18)
	(2.834)	(15)	(2.789)	(18)
	(4.060)	(260)	(3.582)	(482)

17. Resultado Financeiro

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas Financeiras		
Receita de aplicações financeiras	223	194
Total	223	194
Despesas Financeiras		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(2.574)	(2.458)
Outros	(308)	(588)
Total	(2.882)	(3.046)
Total Líquido	(2.659)	(2.852)

18. Imposto de renda e contribuição social correntes

	31/12/2020		31/12/2019	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Apuração Lucro Presumido				
Faturamento e Liquidação CCEE	7.624	7.624	7.728	7.728
Presunção de lucro - 8% / 12%	610	915	618	927
Receita financeira	223	223	194	194
Base de cálculo IR e CS	833	1.138	812	1.121
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota de Adicional IRPJ	10%	-	10%	-
Total dos tributos correntes	184	103	179	101
LAIR	326		491	
Alíquota efetiva	88,23%		57,02%	

19. Instrumentos financeiros e gestão de risco

Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

	31/12/2020		31/12/2019			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
Ativo						
Caixa	336	336	5	5	-	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	40	40	3	3	Nível I	Valor justo por meio de resultado
Investimentos de curto prazo	3.733	3.733	5.461	5.461	Nível I	Valor justo por meio de resultado
Títulos e valores mobiliários	5.255	5.255	3.205	3.205	Nível I	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	860	860	823	823	-	Custo amortizado
	10.224	10.224	9.497	9.497		
Passivo						
Fornecedores	204	204	136	136	-	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	38.559	38.559	34.583	34.583	-	Custo amortizado
	38.763	38.763	34.719	34.719		

Empréstimos e financiamentos (BNDES): em decorrência desses contratos não serem contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas a um ente governamental. Diante do exposto acima, utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos alocados em caixa, equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e conceitos internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade de falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bem estáveis, bem diferente de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não tem operações em moeda estrangeira.

Risco de liquidez

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Análise de sensibilidade

Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2020, foi extraída a projeção dos indexadores CDI, TJLP e IPCA e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas foram definidos 05 cenários diferentes.

Para cada cenário foi calculada a despesa/receita financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2020 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

		Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
Indexador	Posição em 31/12/2020	Cenário I (-50 %)	Cenário II (-25 %)	Cenário provável	Cenário III (+25 %)	Cenário IV (+50 %)
Investimentos de curto prazo	CDI	1,69%	2,54%	3,38%	4,23%	5,07%
	Títulos e Valores mobiliários	63	95	126	158	189
	CDI	89	133	178	222	266

			Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 31/12/2020	Cenário I (-50 %)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50 %)
BNDES			2,20%	3,29%	4,39%	5,49%	6,59%
	TJLP +	2,18%	29.981	1.326	1.662	1.998	2.335
BNDES			1,69%	2,53%	3,37%	4,21%	5,06%
	IPCA	1,68%	8.578	336	431	527	623

20. Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada.

No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

Os valores investidos em benefícios a empregados somam o valor de R\$ 22 em 31 de dezembro 2020 e R\$ 73 em 31 de dezembro de 2019.

21. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumaria os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2020.

Risco/Objeto	Importância segurada	Prêmio	Término da vigência
Risco nomeado e operacional	208.899	55	10/12/2021
Risco de responsabilidade civil geral	5.000	2	10/12/2021
Total	213.899	57	
	*	*	*

Patrícia Nalini Savio Ferreira
 Contadora - CRC 1SP237063/O-2